

CAIXA ESCOLAR: INSTITUTO INESTIMÁVEL PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DA EDUCAÇÃO PRIMÁRIA

Rosana Areal de Carvalho e Fabiana de Oliveira Bernardo

Resumo

A instalação dos grupos escolares traz a marca da modernidade, tão aspirada pela República brasileira e apresentada como solução para os problemas sociais. Alçada à missão de formação do cidadão brasileiro, a instituição escola foi organizada a partir do estabelecimento de muitas práticas: o ensino seriado, classes homogêneas, método de ensino apropriado, festas cívicas, exames públicos e as caixas escolares, por exemplo. Este artigo discute a instituição da caixa escolar como um mecanismo para garantir a frequência das crianças pobres, pois a frequência era fundamental para, através da escola, as crianças e suas famílias recebessem a instrução necessária à constituição do cidadão republicano. Discute-se, ainda, o caráter dessa instituição: muito menos que o financiamento da educação, entendemos a caixa escolar como entidade de filantropia, a ponto de ser elogiada por órgãos religiosos que, em princípio, se opunham à escola laica imposta pela República.

Abstract

Elementary School establishment had a so desired by The Republican Government modernity mark and was recognized as a solution for the social problems. Elementary School was charged with growing Brazilian citizen so it was organized after some usual practice as: serial teaching, classes at the same level of learning, appropriated teaching method, civic parties, public tests and the School Bank (the institution responsible by school financial resources). This article discuss School Bank establishment as a way to assure poor children frequency at the school once this frequency was essential to them receive necessary instruction to their growth. This aim is still arguable because besides to finance teaching we see the as a philanthropic institute that was praised by the Church which was, at the beginning, against secular school.

INTRODUÇÃO

O objeto privilegiado deste estudo denomina-se Caixa Escolar, instituto escolar implantado pela educação pública do Estado de Minas Gerais no ano de 1911¹.

O objetivo primordial da agenda de pesquisa do trabalho ora proposto foi o de discutir a bibliografia atual que categoriza a Caixa Escolar no rol dos mecanismos de financiamento da educação, apresentando seu caráter de cunho filantrópico. Outros problemas surgiram no decorrer de nossas investigações, como a relação entre a Caixa Escolar e outras instâncias do ensino, como o ensino de História, de Moral e Cívica, o Museu Escolar. Tais dispositivos, e tantos outros, foram criados pelos republicanos mineiros com o objetivo de consolidar o ensino público primário enquanto cotidiano das famílias. Desta forma, buscavam legitimar o regime político ora colocado para esta sociedade que ainda respirava os ares imperiais.

Baseamos nossa pesquisa na legislação mineira referente ao tema, contudo não nos restringimos apenas ao âmbito oficial das fontes históricas. Com o objetivo de verificar a apropriação da lei de criação das Caixas Escolares, buscamos periódicos da época, e demais publicações que davam publicidade das ações desenvolvidas no âmbito escolar. Além dos periódicos, que nos apresentam o discurso que um grupo específico de sujeitos históricos apresentava, analisamos documentos escolares como balancetes e relatórios de final de ano que traçam um perfil da atuação do instituto escolar aqui analisado. O âmbito escolar, tomado como *locus* de análise privilegiado não é visto como um mero reflexo do cotidiano social, mas um local dinâmico que estabelece uma via de mão dupla com a sociedade: ao mesmo tempo em que a molda é por ela moldado. É dessa maneira dinâmica que a Caixa Escolar deve ser apreendida. Mesmo partindo de parâmetros gerais estabelecidos pela legislação, em cada Grupo Escolar específico a atuação do instituto teve particularidades.

Com o objetivo de verificar a mudança processual das idéias que culminaram na implantação da Caixa Escolar, partimos das primeiras menções feitas ao modelo, já no período imperial.

1 A Caixa Escolar tem sido objeto de pesquisa ao longo dos últimos três anos, no âmbito de projetos de IC, com apoio da FAPEMIG, pelo que agradecemos. Assim, vários recortes sobre o tema já foram apresentados em congressos da área de História da Educação.

Partindo de um cenário local, a cidade de Mariana, fomos, paulatinamente, ampliando o raio de pesquisa, estendendo-a para o âmbito estadual. Conforme já nos indica a bibliografia consultada, o modelo se apresenta em diversos estados da União, motivo que demonstra a importância da instituição para o cenário da educação nacional.

CAIXA ESCOLAR: PRIMEIROS ENSAIOS

A Caixa Escolar tem sua trajetória iniciada na França oitocentista, país de tradição republicana, quando neste mesmo século, foi assimilada pelo governo do Brasil imperial como sugestão de Leôncio de Carvalho. Dentre outras, a implantação da caixa escolar se configuraria em mais uma das ações desenvolvidas com o objetivo de organização do ensino público primário, em vias de estatização e de nacionalização de um único modelo, tendência universal, já iniciada nos países da Europa, como Bélgica, Holanda, França, Rússia, e até mesmo as Repúblicas do Chile e da Argentina².

Para o então ministro imperial Leôncio de Carvalho, “da difusão das luzes entre as massas dependia o futuro das instituições brasileiras”. Chegava a considerar perigoso para o Estado a não educação das massas populares e ponderava: “A educação é para o Estado, uma questão de defesa pessoal”, e sobre as massas escreve: “O que farão eles de nós?”. O ministro via como primordial, “reformular o presente, preparar o futuro e melhorar dia a dia as condições de existência” humana, a partir da educação.

Das fontes utilizadas para análise das idéias de Leôncio de Carvalho, podemos inferir que este estava claramente imbuído das idéias liberais de ensino difundidas, principalmente, pelo projeto norte-americano. Ele defendia, inclusive, o ensino livre que, a seu ver, promoveria melhorias nunca antes verificadas no ensino: para o ministro, os professores, imersos nessa lógica liberal, seriam obrigados a se aperfeiçoarem profissionalmente no que tange às metodologias de ensino, bem como procurariam “ensinar mais e melhor”, para permanecerem como funcionários do estado e mestres regentes das cadeiras isoladas adotadas pelo governo imperial.

Ainda de acordo com o ministro, em cada um dos distritos deveria haver uma caixa escolar para depósito de *donativos* e quaisquer

2 Relatório anual do Ministro Imperial. Ano de 1877.

somas destinadas a formar o *fundo escolar*. Estas caixas seriam administradas por um conselho formado pelo respectivo inspetor da escola. De acordo com Maria Cristina Gomes Machado, em seu artigo *O decreto de Leôncio de Carvalho e os pareceres de Rui Barbosa em debate: a criação da escola para o povo no Brasil no século XIX*, algumas considerações importantes sobre o referido decreto, datado de 1879, devem ser destacadas.

Preconizados no relatório de 1877, os diversos artigos que compunham esse decreto possibilitam um vasto horizonte de análise. Neste trabalho, nos concentraremos nas apreciações que se referem à educação popular e ao lugar do Estado nesse sentido.

Para Machado, o simples fato do documento analisado se configurar na forma de um decreto, demonstra a avidez com que o ministro imperial pretendia alterar a situação da educação nos anos em que esteve no cargo. Como um decreto, deveria ser implementado imediatamente, ficando a cargo da Assembleia apenas os artigos que implicassem despesas orçamentárias. Assim, prontamente seriam cumpridas as determinações que não trouxessem aumento de despesas, enquanto que as demais, ou seja, as medidas vinculadas ao financiamento da instrução pública primária ficariam sujeitas à apreciação e aprovação na citada instância legislativa.

Podemos elencar, ainda, outra marca da inequívoca preocupação do ministro com relação aos alunos considerados pobres: o artigo 3º do decreto definia que

Às meninas pobres cujos pais, tutores ou professores justificarem impossibilidade de prepará-las para irem à escola, será fornecido vestuário decente e simples, livros e mais objetos indispensáveis ao estudo. Este fornecimento será feito por ordem do conselho diretor da instrução pública, o qual prestará contas trimestralmente ao Governo, e no fim de cada ano apresentará um cálculo aproximado do fornecimento necessário ao ano seguinte.

Algumas inferências se delineiam na leitura atenta do trecho destacado. Se, por um lado, percebemos a tendência do Ministério imperial de resolver o problema da educação colocado para o Brasil no final do século XIX, dando destaque para a educação dos menos favorecidos, das massas, e procurando promover estratégias para cooptar os alunos com menor poder aquisitivo; por outro lado, tal disposição não se demonstrou efetiva, visto que alguns anos depois,

no relatório de 1881-A³, foi declarado que nos dois anos que se passaram não teria sido aumentado o número de escolas públicas de instrução primária, denotando a ineficácia do decreto e das idéias de cunho liberal de Leônício de Carvalho.

Para Marlos Bessa Mendes da Rocha⁴, a busca pela modernidade no âmbito da educação pública teria sido vislumbrada ainda no Império. Para o estudioso, a modernidade educacional pressuporia: “o direito dos povos à educação, a previsão constitucional de aplicação de recursos públicos orçamentários no setor, a incorporação obrigatória à escola do público em idade escolarizável?”. Vale destacar que apenas estes elementos conjugados e aplicados pelo Estado é que definiriam uma educação que se pretendesse moderna.

Contudo, podemos vislumbrar nestes termos certa continuidade entre as tentativas imperiais e as ações republicanas no que tange à constatação empírica da necessidade de maior intervenção estatal na organização do ensino⁵. De outra forma, verificamos uma maior efetividade das ações empreendidas pelos republicanos, no que tange à organização e fiscalização para o bom funcionamento do que viria a ser a Caixa Escolar. É nesse contexto, no qual o Estado chama para si a responsabilidade acerca do ensino público, que a Caixa Escolar será organizada.

CAIXA ESCOLAR: O PERFIL DO INSTITUTO

Em setembro de 1906, foi instituída a Lei 439, mais conhecida como Reforma João Pinheiro, que traria, dentre outras inúmeras inovações, a criação dos Grupos Escolares⁶. No ano de

-
- 3 Sob os auspícios do Governo de Francisco Ignácio Homem de Mello.
 - 4 Para maiores dados consulte: Rocha, Marlos Bessa Mendes da. *O ensino elementar no decreto Leônício de Carvalho: “visão de mundo” herdada pelo tempo republicano?* Anais do Congresso Ibero-Americano de História da Educação Latino-Americana. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2009. Outras obras do autor se referem também a essa posição.
 - 5 Rocha, Marlos Bessa Mendes da. *O ensino elementar no decreto Leônício de Carvalho: “visão de mundo” herdada pelo tempo republicano?* Anais do Congresso Ibero-Americano de História da Educação Latino-Americana. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2009.
 - 6 Vasta bibliografia tem sido produzida acerca da instituição dos grupos escolares no Brasil. Acerca dos grupos escolares no Estado de Minas Gerais consulte: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira*

1911, a Lei Bueno Brandão viria preencher certas lacunas deixadas pela reforma precedente, dentre elas a legislação concernente à Caixa Escolar.

De acordo com a referida lei (1911), as caixas escolares, definidas no artigo 354, eram “instituições criadas com o fim de fomentar e impulsionar a *frequência* nas escolas”. A questão da frequência era um problema recorrente para o Estado, mesmo antes de 1906, como a seguinte mensagem enviada pelo então Presidente da Província de Minas, Francisco Silviano de Almeida Brandão, ao Congresso Mineiro, em 15 de junho de 1899 demonstra: “A lei foi cumprida, sendo suspenso o ensino em 338 *escolas* sem frequência⁷.”

Podemos encontrar, ainda, informações com este caráter nas correspondências enviadas à Diretoria de Instrução Pública, bem como nos relatórios de final de ano produzidos pelos diretores dos grupos escolares. Nestes últimos há um tópico destinado, exclusivamente, a tratar da matrícula e frequência escolares. Cabe destacar que mesmo havendo um tópico também exclusivo para as referências à Caixa Escolar, verificamos a recorrente menção desse instituto nesta parte do relatório – matrícula e frequência, denotando a ligação direta que existia entre a assiduidade esperada para o ano letivo e o bom funcionamento da Caixa Escolar. A seguinte correspondência enviada para Delfim Moreira, Secretário do Interior, à época, elucida as inferências acima:

Exmo Senhor,

Tenho a honra e satisfação de comunicar a V. Exc. que a esforços do Snr. Inspetor escolar secundado por esta diretoria, acaba de ser criada a “Caixa Escolar” deste estabelecimento, destinada a favorecer os alunos pobres(...).

O decréscimo da frequência, conforme verá do mapa junto tem sido motivado não só pela negligência da maior parte dos responsáveis como também por alegarem falta de meios com que possam fazer seus filhos freqüentarem a escola, e agora com a criação da “Caixa”, estou certo e convencido de que desaparecerão as faltas, correspondendo assim, aos

República. Passo Fundo: UPF, 2000.

7 Refere-se à lei que determinava o número mínimo de alunos por escolas. Caso no decorrer do ano a frequência não chegasse ao número determinado a escola deveria ser fechada.

esforços do Governo de que é V. Exc. um dos mais dignos auxiliares.(...)⁸

O papel da Caixa Escolar era bastante singular. Além de seus objetivos referentes à assiduidade escolar já citados, sua atuação era restrita aos alunos considerados exageradamente pobres. A estes alunos, individualmente, deveria ser proporcionado o auxílio com os seguintes elementos: fornecimento de alimentos; idem de vestuário e calçados; assistência médica e fornecimento de livros, papel, pena e tinta. Além disso, os recursos obtidos pela Caixa Escolar seriam utilizados na aquisição de livros, estojos, medalhas, brinquedos, etc., a serem distribuídos, como prêmio, aos alunos mais assíduos. Novamente neste último elemento vislumbra-se o destaque com que deveria ser premiado o aluno frequente e comprometido com as atividades escolares.

Os recursos, por sua vez, eram adquiridos através de algumas fontes peculiares, quais sejam: as jóias e subvenções pagas pelos sócios; o produto das subscrições, quermesses, teatros, festas, etc.; donativos espontâneos e legados; gratificações às quais não fariam jus os professores licenciados ou faltosos, que deviam ser solicitados pelo diretor à Coletoria local; e finalmente, com o produto líquido das multas do art. 414 n.10.⁹ Eventualmente, as câmaras municipais destinavam recursos para as Caixas Escolares. No caso da Caixa Escolar Dr. Nuno Mello, encontra-se na ata de instalação da Caixa Escolar um artigo extra, onde consta o apoio da Câmara Municipal à instituição. Contudo, não se faz clara a periodicidade de tal auxílio por parte dos legisladores municipais¹⁰.

Contudo, verifica-se que os valores destinados à manutenção de alunos carentes não eram provenientes de recursos do Estado vinculados diretamente à educação, mas sim de ações privadas a cada estabelecimento de ensino (festas, quermesses, teatros). A única verba orçamentária que procedia dos cofres públicos e se destinava à Caixa Escolar, se definia em um recurso vinculado ao pagamento de gratificação para os professores que, automaticamente, perdiam o benefício caso se licenciassem ou faltassem ao trabalho mais vezes do que o número limite permitido.

8 Correspondência enviada pelo diretor do Grupo Escolar da Cidade de Entre Rios em julho de 1912. Arquivo Público Mineiro. SI 3405.

9 Conforme art. 414 do Regulamento de 1911: As penas que o presente código estabelece são: X. multa de até dois contos de réis.

10 Minas Gerais. Órgão de publicações oficiais do Estado de Minas Gerais. Encontrado na Hemeroteca da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa.

Esse valor seria repassado pela Diretoria de Instrução Pública à Coletoria Estadual e, então, enviado aos fundos da caixa escolar. Tal recurso, entretanto, variava de escola para escola, não havendo qualquer previsão ou continuidade do mesmo.

Apesar de o Estado republicano mineiro não fornecer os recursos para os alunos carentes, não podemos deixar de salientar que, ao organizar esse instituto, incentivaram a mobilização das escolas, seus diretores, inspetores, professores. E, mais ainda, ao determinar as atribuições dos sócios do instituto, içaram para dentro da escola toda uma gama social. Tal desdobramento atendia a outro fim, simultaneamente: o grupo escolar deveria consolidar seu valor perante a sociedade.

As festas cívicas escolares, os teatros promovidos pelos professores, os exames públicos de promoção, dentre outras ações, se configuravam em grandes espetáculos promovidos pela educação republicana, que se queria de excelência, organizada, rígida, e ostentosa, de forma a expressar a mesma imagem que se almejava cunhar para o governo.

Festas, exposições escolares, desfiles de batalhões infantis, exames de promoção e comemorações cívicas se constituem em momentos de ápice da vida escolar, possibilitando maior visibilidade do trabalho realizado e dos progressos alcançados. Assim, práticas de caráter simbólico, tornar-se-iam, a partir do universo escolar, uma expressão do imaginário político-social republicano, transformando uma prática social em uma prática educativa.

Os exames escolares abertos ao público se configurariam em uma grande inovação e possibilitariam à sociedade o acompanhamento da promoção dos alunos através das bancas examinadoras compostas por autoridades importantes da cidade. O saber do aluno evidenciaria a qualidade do ensino republicano e as comemorações se configurariam em práticas urbanas e não apenas do grupo escolar.¹¹

11 Para maiores informações sobre a relação intrínseca entre as festas cívicas e a Caixa Escolar consulte: CARVALHO, R. A.; BERNARDO, F. O.; CRUZ, G. A. *A caixa escolar e a bandeira republicana de educação para o povo*. Anais do Congresso Ibero-Americano de História da Educação Latino-Americana. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2009.

O Diretor do Grupo Escolar de Entre Rios encaminhou, no final do ano de 1912, correspondência para a diretoria de instrução pública explicando que “esta diretoria promovendo [promoverá] festas escolares que terão lugar nos dias 15 e 19 deste mês de novembro corrente, cujo programa terminará com uma representação teatral em que tomarão parte os alunos do grupo em benefício da “Caixa Escolar” (...).¹²

Na cidade de Mariana, diversos periódicos davam publicidade às ações da Caixa Escolar, principalmente o jornal republicano *O Germinal*, editado pelo partido republicano da cidade.

No mesmo município, o anuário católico intitulado *Escreínio das Damas do Sagrado Coração de Jesus*¹³ referente aos anos de 1913 e 1914 chamou-nos a atenção porquanto, a partir deste documento, vislumbramos o instituto escolar para além das apreciações feitas pelo Estado, pelos sujeitos escolares, ou, ainda pelos partidários republicanos. Senhoras da cidade de Mariana se referiam às ações promovidas em benefício da Caixa como muito agradáveis e favoravelmente retas; a distribuição de prêmios como excelentes formas de estímulo e emulação aos alunos e as atuações dos mesmos como muito garbosas e vivazes.

Interessante notar que nesse período, Boletins Eclesiásticos se referem aos grupos escolares como “escolas atéias”, as quais não estariam aptas a receber filhos de cristãos católicos. Mesmo assim, dentro da instituição religiosa são cunhados discursos favoráveis ao desenvolvimento da Caixa Escolar, uma instituição republicana, orquestrada e desenvolvida no interior das escolas famigeradas. Tais boletins eram enviados às paróquias para orientação dos fiéis católicos. Inferimos a respeito disso que o caráter filantrópico que era conferido à Caixa Escolar foi fator determinante para a aceitação social das escolas republicanas, que viam neste instituto valores inerentes às tradições religiosas já consolidadas.

Esse caráter distinto conferido pelos discursos à Caixa Escolar foi forjado, pacientemente, a partir da efetividade de suas ações de caráter beneficente junto à sociedade. Como exemplo, elencamos a implementação, em diversas escolas, da *Liga da Bondade*, cujo fim era o de aumentar

no espírito da criança o amor da bondade para tudo o que vive, o horror da violência, e da mentira, a beleza da

12 Correspondência enviada pelo diretor do Grupo Escolar da Cidade de Entre Rios em novembro de 1912. Arquivo Público Mineiro. SI 3405.

13 Semanário das Damas do Sagrado Coração de Jesus, publicado por ordem do Arcebispo de Mariana.

misericórdia e, ao mesmo tempo, todas as virtudes que formam o caráter, tendo por lema – bondade, justiça e piedade - para com toda criatura viva, inofensiva, humana ou animal¹⁴.

Tais valores não estavam desvinculados do comportamento dos alunos na escola e do respectivo aproveitamento escolar de cada um.

No ano de 1914, *O Germinal* publicou a transcrição de um ofício enviado por Delfim Moreira, presidente do Estado naquele momento, congratulando a aluna do Grupo Escolar de Mariana, Maria Agostinha, a quem coube o prêmio instituído pela Caixa Escolar “Dr. Gomes Freire”. A aplicada aluna do Grupo conquistou, no ano letivo de 1914, o primeiro lugar na *Liga da Bondade*, “consequindo reunir notas ótimas nos exames, aplicação, aproveitamento e procedimento”.

Como podemos notar, receber um prêmio concedido pela Caixa Escolar representava muito na carreira dos alunos, lembrados pelas altas patentes do governo estadual e felicitados por toda a cidade na cerimônia de entrega dos mesmos, que geralmente ocorria nas câmaras municipais¹⁵.

Outro aspecto da Caixa Escolar extraído das fontes documentais que aponta para seu caráter filantrópico está no caráter assistencialista de suas ações. Não raro, epidemias de “varicela” (catapora) impediam os alunos de freqüentarem as aulas. Contudo, com o apoio fornecido pela instituição no que tange a remédios, e até mesmo apoio médico – como no caso de Mariana, cujo diretor do Grupo Escolar era farmacêutico, e o presidente da Caixa era o médico da cidade – os alunos restabelecidos logo voltavam às aulas, concorrendo assim para a manutenção da frequência escolar.

A CAIXA ESCOLAR COMO DISPOSITIVO DE PODER

As transformações na educação brasileira se inserem num contexto em que o Estado delineava sua alteridade perante o mundo

14 SI 3661. Arquivo Público Mineiro. *Correspondência*.

15 É importante lembrar que diversos grupos escolares no Estado de Minas só vieram a ter seus prédios próprios muitos anos depois de sua instalação. O Grupo Escolar de Mariana, hoje centenário, teve seu prédio próprio construído apenas 21 anos depois de sua primeira instalação no ano de 1909. Até a década de trinta, as aulas ocorriam em um prédio cedido pela Câmara Municipal.

descobrimo-se atrasado e obsoleto. Para além das mudanças políticas esperadas pelo novo regime imposto, a sociedade, como um todo, via na República uma oportunidade de redenção de todos os problemas vinculados ao império. Críticos e intelectuais do período se empenharam em colocar a instrução popular como uma das formas de sanar vários problemas que assolavam o Brasil do século XX, criando-se, a partir da escola, os cidadãos dos quais o novo regime necessitava.

A propaganda republicana teria se desenvolvido nos centros de atuação e debates de uma elite política e intelectual, cada vez mais cética e crítica ao regime monárquico, sobretudo nas últimas décadas do século XIX¹⁶.

Segundo Ângela de Castro Gomes, os republicanos se empenharam em promover ações que permitissem a criação do que chamou de uma cultura política republicana. Para a autora haveria, com relação a este aspecto, uma convergência de falas, geralmente dissonantes, no que concernia à urgência da produção de um discurso político carregado de valores e simbologias cívico-morais, no qual os saberes escolares teriam um lugar estratégico. Ao privilegiar o ensino de História e Geografia, a autora abre caminho para uma gama extensa de análises de outros mecanismos criados com o objetivo de promover a formação do sujeito republicano a partir da escola. Entendemos que a análise destes mecanismos, em conjunto, possibilita uma apreensão mais elaborada do projeto republicano.

Concordando ainda com a historiadora, os processos de construção de identidades nacionais não são elaborados e aplicados fortuitamente – demandam tempo, esforço e articulações entre os diversos atores sociais, que mobilizam dimensões simbólicas e práticas, unindo, por vezes, a imposição e adesão de certos grupos aos pressupostos de determinadas idéias, valores, crenças, aspectos estes criados e divulgados materialmente, através de instituições, rituais, festas, símbolos, etc.

Há uma farta bibliografia que trata do tema concernente à construção de um ideário republicano através das ações escolares, desde o programa de ensino até as festas cívicas. Contudo, o estudo sobre os institutos escolares, dentre eles o Museu Escolar, a Caixa Escolar ou o Banco Agrícola carecem de pesquisas devido à parca

16 GOMES, Ângela Maria de Castro. *República, educação e história pátria no Brasil e Portugal*. In: A República, a História e o IHGB. Belo Horizonte, Argvmentvm, 2009.

documentação sobre os mesmos, principalmente nos casos dos dois últimos temas. Buscamos compreender, em nossa pesquisa, como foi forjada essa identidade nacional, como foi construído esse sujeito republicano, e de que maneira a Caixa Escolar compunha esse cenário: como coadjuvante ou como uma peça fundamental na criação desse novo sujeito.

Consideramos, então, a Caixa Escolar como um dispositivo de poder nos termos foucaultianos. Entende-se por dispositivo de poder o “conjunto de discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas”¹⁷, bem como a rede que se estabelece entre estes segmentos.

Para o autor, todo objeto da história é construído e se constitui historicamente. Ora, dessa forma entendemos que a implementação da Caixa Escolar não foi organizada de forma aleatória ou despreziosa, mas se inseria nas transformações ensejadas pelo projeto de nação forjado no início do século XX. O dispositivo de poder se constitui em um momento histórico específico, com o objetivo de responder a uma urgência da sociedade que o produz.

Nessa perspectiva, as práticas escolares mencionadas neste trabalho, devem ser vislumbradas não a partir delas mesmas, ou seja, não buscamos analisar como elas eram praticadas, mas estudar o que determinava estas práticas, o que estava em jogo na legislação acerca da Caixa Escolar e os outros mecanismos do governo republicano disseminados pelos estabelecimentos de ensino.

Para Foucault, tanto o poder como o dispositivo de poder tem como objetivo produzir tendências de ações. Procuramos, assim, verificar quais relações de força sustentaram a elaboração meticulosa do regulamento da Caixa Escolar e quais foram as ações articuladas pelo governo republicano para que a adesão a este instituto se concretizasse em todos os grupos escolares do Estado.

Verificamos que no interior da escola republicana estavam presentes diversos dos fatores citados pelo pensador francês, nas mais variadas formas, todos amparados legalmente e devidamente publicados nos jornais oficiais, bem como sempre fiscalizados pelos inspetores de ensino, com o objetivo de garantir sua funcionalidade, qual seja a de promover a criação do sujeito republicano almejado.

A CAIXA ESCOLAR E A MANUTENÇÃO DE ALUNOS CARENTES NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Tomamos a Caixa Escolar, portanto, como parte integrante do dispositivo de poder criado pelos republicanos com objetivos claramente definidos, quais sejam o de produzir uma cultura política a partir das práticas e saberes disseminados pela escola. Se, para algumas famílias, manter o filho na escola se configuraria em um custo maior do que sua possibilidade financeira, com a Caixa Escolar essa dificuldade seria sanada, como afirmam diversos diretores na década de 10 do século passado. Uma vez amparados pelo instituto, a baixa frequência destas crianças no grupo escolar não teria justificativa. Por sua vez, mantida a frequência, os alunos teriam contato com todos os mecanismos elaborados para a difusão das idéias republicanas, do sentimento de amor à nação e, principalmente, o sentimento de responsabilidade pela pátria. Tal sentimento se manifestaria de várias formas, inclusive na formação de um maior número de trabalhadores, imprescindíveis na caminhada rumo ao progresso, através da ordem, preceito difundido e proporcionado pela instrução pública¹⁸.

Concluimos, portanto, que a Caixa Escolar visava amparar a manutenção de alunos carentes nos grupos escolares e que a especificidade da envergadura de atuação do instituto também merece análise.

De acordo com José Murilo de Carvalho, o grupo social favorecido com as benesses do instituto não teria participado ativamente – ou mesmo passivamente – do processo que culminou com a Proclamação da República. Teriam assistido “bestializados” o que ocorria. Entendemos que a preocupação dos republicanos em manter representantes deste grupo social nos estabelecimentos de ensino público primário seria uma tentativa de cooptação dos mesmos, orientados para legitimar o governo republicano nos termos de uma educação que se queria renovadora, mas que carregava ainda muito de tradicional. Assim, a partir da permanência desses alunos na educação primária pública, valores inerentes a uma verdadeira cultura republicana se disseminariam também para o grupo social de pertencimento, com o objetivo de conformá-los de acordo com os tempos vindouros.

18 Tal aspecto, a formação de trabalhadores a partir da escola pública primária, é tema do artigo “O programa de ensino primário de 1906 como espelho do projeto civilizador republicano”. *Anais do VIII do CLBHE*.

Faz-se equivocado, ainda, no nosso entender, considerar a caixa escolar como um mecanismo de financiamento da educação, porquanto esta, mesmo amparada legalmente, e se configurando obrigatória em todos os estabelecimentos de educação pública primária no Estado de Minas a partir de 1911, não obtinha recursos provenientes do Estado, mas sim de iniciativas particulares a cada escola.

Nos livros-caixa da Caixa Escolar, bem como em relatórios de final de ano, entre os anos de 1912 e 1950, encontramos referências às verbas provenientes da Coletoria Estadual. Contudo, tais verbas se apresentaram intermitentes no que tange aos valores enviados para as escolas. Esses valores se referiam às gratificações perdidas pelos professores, e por isso não havia um valor pré-estabelecido pela Diretoria de Instrução Pública, sustentado em critérios objetivos e distribuídos, equitativamente, para todas as escolas.

Mais uma vez, a falta de recursos vinculados à educação se apresentava como uma dificuldade enfrentada pelos alunos carentes e pela gestão escolar. Os recursos angariados pela Caixa Escolar, nestes termos, não possuíam caráter de periodicidade na receita e despesas, como os balancetes da Caixa Escolar de diversos grupos escolares demonstraram.

Para além destas questões, verifica-se através das fontes, que o instituto é antes considerado, mesmo à época, como uma ação filantrópica. Os recursos da Caixa Escolar se destinavam a alunos que seriam amparados com alimentos, remédios, materiais escolares, roupas; e os prêmios por mérito escolar, sempre recorrente, só eram oferecidos com os recursos do instituto caso não houvesse faltas para as demandas colocadas como primordiais.

De acordo com Gomes Henrique Freire de Andrade, Presidente da Caixa Escolar “Dr. Gomes Freire” e Agente Executivo de Mariana durante as primeiras décadas do século XX:

Era deliberação da diretoria, distribuir uniformes pelos alunos mais precisados, pelo que se guardou até agora, intacto o saldo de que vos dei conta, não convindo exporem em público, alunos uniformizados, ao lado de outros menos felizes, que não puderam, à míngua de recursos necessários, comprá-los.

Estes últimos são os beneficiários da Caixa, devendo ser empregados em prêmios e recompensa, tão somente as sobras que se verificarem, e que servirão de estimular nos alunos o amor ao estudo; se estes prêmios embelezam a vida aos que nela entram mais

felizes, os auxílios dados aos que nela se vêm desajudados da sorte parecem corresponder sobejamente aos fins da bela instituição, ao serviço da qual nos achamos aqui reunidos.¹⁹

A composição da diretoria, bem como do séquito de sócios que acompanhavam a Caixa Escolar, também era fator de distinção na sociedade. Tanto nos periódicos locais, como nas correspondências e relatórios de final de ano elaborados pelos diretores, destaca-se que os sócios da Caixa estavam empenhados em angariar fundos para o instituto que era tido como inestimável para a execução do projeto da educação primária. Na composição societária da Caixa Escolar encontramos personagens gradas da cidade, que recebiam o *status* de verdadeiros republicanos atuando em favor da educação.

Outro aspecto que corrobora a hipótese da filantropia está sustentado na relação conflituosa entre Estado e Igreja no tocante à educação. A educação promovida pelo Estado que se dizia laico, afastava-se da religião, rompendo um vínculo histórico tradicional. Entretanto, apesar do relativo afastamento das aulas de ensino religioso, o caráter beneficente a partir do qual a Caixa Escolar se delineou expressava vários preceitos cristãos, como a caridade, a bondade, o valor dos humildes. Daí a forma elogiosa com a qual se referia o periódico citado anteriormente.

CONCLUSÕES

A Caixa Escolar vem sendo tratada como um mecanismo de financiamento da educação nos poucos registros bibliográficos que dedicaram seus esforços para elaborar um panorama histórico do financiamento da educação brasileiro. Contudo, verificamos que os recursos direcionados para ela bem como as ações desenvolvidas em seu interior, mesmo amparados legalmente, se inserem em maior medida no âmbito da filantropia ou mesmo beneficência do que em qualquer outro. Não seria correto, portanto, considerá-la como um mecanismo de financiamento da educação. Para além do fato de que seus recursos não eram destinados aos alunos do Grupo Escolar, mas apenas aos alunos carentes, a questão ali posta se referia à frequência escolar, como dito acima, problema herdado do período imperial.

19 Correspondência enviada pelo Presidente da Caixa Escolar “Dr. Gomes Freire” do Grupo Escolar da Cidade Mariana em março de 1913. Arquivo Público Mineiro. SI 3440

A análise investigativa do vínculo de um aluno com o Grupo Escolar através da Caixa se apresenta como uma maneira de verificarmos as estratégias lançadas pelos republicanos, com o objetivo não apenas de garantir a presença deste grupo social no âmbito da educação primária pública, mas de levar para dentro da escola a sociedade mineira. Os “alunos da caixa”, além de receberem os conteúdos formais previsto no programa, demonstravam para a sociedade que os republicanos mineiros possuíam valores de iam ao encontro das necessidades da cidade que abrigava o Grupo – instituição que deveria construir os futuros cidadãos que a república necessitava: cientes de seu papel no rumo progressista da história como cidadãos trabalhadores e patriotas legítimos.

FONTES PRIMÁRIAS

Relatório do Ministro Imperial. 1877.

Relatório do Ministro Imperial. 1879.

Relatório do Ministro Imperial. 1881-A

SI 3405. Arquivo Público Mineiro. *Correspondência*.

SI 3440. Arquivo Público Mineiro. *Correspondência*.

SI 3661. Arquivo Público Mineiro. *Correspondência*.

SI 3743. Arquivo Público Mineiro. *Correspondência*.

V1 arm. 6 prat.4. Acervo do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Escrínio das Damas do Sagrado Coração de Jesus 1913/1914.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, José Carlos. “Os Grupos Escolares em Minas Gerais: A Reforma João Pinheiro (1906)”. *Anais do VI Congresso Luso Brasileiro de História da Educação*. Uberlândia, 2006, PP 213-225.

BOSI, Alfredo. *Formações ideológicas na cultura brasileira*. Estudos Avançados n° 9 (25), 1995.

CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: O Imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CARVALHO, Marta Maria Chagas. *A Escola e a República e outros ensaios*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

CARVALHO, Rosana Areal de. “Meninos cidadãos e cidadãos meninos”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Dez 2008, n° 2 p.144-151.

CARVALHO, Rosana Areal de; MACHADO, Raphael Ribeiro; BERNARDO, Fabiana de Oliveira. *O programa de ensino primário de 1906 como espelho do projeto civilizador republicano*. Anais do VIII Congresso Luso Brasileiro de História da Educação. São Luiz, 2010.

CAVAZOTTI, Maria Auxiliadora. *O projeto Republicano de educação nacional na versão de José Veríssimo*. São Paulo: Annablume, 2003.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República*. Passo Fundo: UPF, 2000.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

GOMES, Ângela Maria de Castro (org.). *Minas e os fundamentos do Brasil moderno*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

_____. “República, educação e história pátria no Brasil”. In: *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte, Argvmentvm, 2009.

IANNI, Octávio. *Pensamento social no Brasil*. Bauru, São Paulo: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2004.

JESUS, Wellington. “Educação custa caro... Qual o preço da ignorância?”: algumas notas sobre a história do financiamento à educação pública no Brasil (séc. XIX-XXI). Acessível em: <<http://www.trilhadeluz.com.br>>

MOURÃO, P. K. *O ensino em Minas Gerais no tempo da República*. Belo Horizonte: Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais, 1962.

ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. *Matrizes da modernidade republicana: cultura política e pensamento educacional no Brasil*. Campinas/

SP, Autores Associados/ Editora Plano, 2004.

SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

STEPHANOU, Maria & BASTOS, Maria Helena Câmara (org.). *Histórias e memórias da educação no Brasil*. 2ed. Petrópolis: Vozes, 2006.